



CORREDORES ECOLÓGICOS E ECOTURISMO NO PANTANAL.

Por: Guilherme de Miranda Mourão.

Os corredores ecológicos, conectando as diferentes áreas de conservação, têm sido apontados como uma estratégia adequada para minimizar as perdas de espécies e de variabilidade genética associadas com o isolamento das áreas protegidas. No workshop "Ações Prioritárias para a Conservação do Cerrado e do Pantanal", realizado em março/98, em Brasília, pesquisadores e conservacionistas ali reunidos propuseram o estabelecimento de corredores ecológicos, ligando o Cerrado e o Pantanal, em especial, sugeriram três eixos se estendendo no sentido leste-oeste: o eixo superior, ao longo dos rios Cuiabá, São Lourenço e Piquiri; o eixo médio, ao longo do Rio Taquari, e o eixo inferior, ao longo dos rios Negro e Miranda .

O Governo de MS adotou o conceito de corredores em sua estratégia de conservação, incorporando-o em sua legislação e criando o Parque Estadual do Pantanal do Rio Negro e o Parque Estadual das Nascentes do Rio Taquari, além das três Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), totalizando 133 mil ha de áreas protegidas, em locais estratégicos ao longo destes corredores. O investimento na criação e implantação dessas áreas pode chegar à ordem de 10 a 15 milhões de reais. Entretanto, desde que os Estados de MS e AM estão sendo pioneiros na adoção desta estratégia de conservação, a eficácia do estabelecimento de fluxo gênico e movimento da biota ao longo dos corredores ainda não foi devidamente demonstrada.

Paralelamente à criação de unidades de conservação, a adoção de um modelo de desenvolvimento sustentado econômica e ecologicamente tem sido buscada pelos governos dos Estados de MS e MT. Na região do Pantanal a atividade de ecoturismo tem sido apontada como uma alternativa econômica de baixo impacto ambiental e vem se estabelecendo tendo na contemplação da fauna silvestre sua principal atração. Esta atividade agrupa valor aos recursos naturais e gera empregos. Embora o turismo pesqueiro esteja consolidado no Pantanal e já represente a segunda atividade econômica da região, só recentemente as empresas do setor turístico despertaram para a potencialidade do ecoturismo. Mesmo assim, municípios como Corumbá já contam com pelo menos oito hotéis-fazendas e quatro operadoras oferecendo "safaris fotográficos", além de grupos independentes que oferecem uma espécie de "turismo selvagem" a jovens vindos principalmente da Europa.

Na atualidade, os passeios e "safaris fotográficos" vendidos aos turistas são, em geral, deficientes em qualidade, principalmente por causa do baixo nível de informação sobre a biologia e ecologia das espécies pantaneiras passados pelos guias turísticos. Esta deficiência deve-se não somente ao despreparo desses guias, mas também à pouca informação científica disponível sobre a maioria das espécies do Pantanal. O crescimento desse tipo de atividade não será sustentável, se não for adequadamente exercida, com base em informações fornecidas pela pesquisa científica e decodificada para os guias turísticos e público geral.

E o que a Embrapa tem a ver com isso? Até pouco tempo nada. Entretanto, recentemente, a Embrapa, em seu terceiro Plano Diretor (III PDE – 1999-2003), deu um enfoque mais amplo à sua definição de "agronegócio" e incorporou definitivamente o termo "desenvolvimento sustentável". Para que a política de conservação baseada nos "corredores ecológicos" tenha êxito em MS, será preciso que a iniciativa privada participe do processo. Em alguns casos, isto implicará em redefinições do uso do espaço dentro das propriedades rurais. Por exemplo, alguns fazendeiros podem ser convidados a realocarem suas reservas legais, de modo a redesenhar a paisagem ao integrá-las em "corredores". Se a estratégia de conservação, baseada em corredores, for uma opção tão forte, que implique no rearranjo do uso do espaço dentro das fazendas, então a Emb rapa vai querer participar deste processo.

Os avanços consolidados no III-PDE levaram a Embrapa Pantanal a incluir em seu documento programático (Plano Diretor da Unidade - PDU), demandas até então impensáveis para uma unidade da Embrapa, como "inventário e zoneamento dos recursos naturais de interesse para o turismo", "informações sobre biologia e ecologia de espécies de interesse turístico" ou determinação do "valor econômico de grandes vertebrados para as atividades ecoturísticas".

Atender a estas demandas vai representar um desafio, sobretudo porque, neste novo contexto, informações biológicas básicas passam a ter aplicação imediata. Por exemplo, em setembro de 1999, durante um curso oferecido a um grupo de guias de turismo que operam no município de Corumbá, pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo (SEMATUR), eu perguntei aos alunos se pequenos anuros ou se flores de certas plantas aquáticas (*Nymphaea* spp.) eram de interesse para os turistas, e a resposta foi um sonoro "não". Na opinião deles, os turistas só se interessariam por espécies "carismáticas", como tamanduá-bandeira, onça pintada ou ariranha. Entretanto, quando repliquei que se eles contassem aos turistas a história de vida destas espécies, talvez isto os agradasse. A pequena espécie de anuro, uma rã (*Physalaemus nattereri*) se protege dos predadores enterrando-se na areia. A flor de *Nymphaea* exala um odor que atrai um besouro e depois fecha-se, prendendo-o durante o dia. Esta flor só se abrirá quando anoitecer, libertando o besouro, absolutamente carregado de pólen e pronto para polinizar uma outra flor.

Os guias, então, foram unânimes em concordar que coisas como estas interessariam aos turistas, ou seja, a informação biológica é o produto. Isto vai demandar uma nova abordagem de pesquisa, porque, de um lado, o tipo de informação de que se está tratando é muito diferente do tipo de informação "aplicada", com a qual os pesquisadores da Embrapa estavam acostumados a lidar.

Uma alternativa será o estabelecimento de parcerias com pesquisadores oriundos das universidades, praticantes de uma ciência "mais pura". Por outro lado, vai demandar também uma horizontalização do conhecimento gerado, para que este chegue ao público-alvo de operadores de turismo e turistas, com a qual os pesquisadores de "ciência pura" não estão acostumados. Será a etapa de desenvolvimento dos produtos, tão pouco praticada e compreendida no Brasil. Que meios serão usados neste "desenvolvimento" ainda são um desafio para minha imaginação, mas posso prever que "produtos" como "manuais de identificação de espécies", "guias de campo", e a oferta de cursos de extensão para operadores de turismo prometem ser um bom início.

Adicionalmente, estes novos desafios de desenvolvimento e conservação vão exigir que os pesquisadores, tanto da Embrapa quanto das universidades, participem mais ativamente na formulação das políticas públicas, para o bem da sociedade.

Guilherme de Miranda Mourão (gui@cpap.embrapa.br) é pesquisador da Embrapa Pantanal, na área de fauna silvestre.

ADM – Artigo de Divulgação na Mídia, Embrapa Pantanal, Corumbá-MS, n. 14, p.1-3. set. 2001.